

vadas; o novo regime alterou o sentido dos incentivos, entregando-os preferentemente a monopólios estrangeiros e levando a absurdos como o da General Foods, pela sua subsidiária, a Kibon, receber dinheiro para instalar no Recife fábrica de sorvetes cujo efeito foi levar à falência as pequenas empresas sorveteiras locais, enquanto, na Amazônia, o King Ranch, do Texas, via seu projeto de 300 milhões de cruzeiros financiado com recursos brasileiros, e a Coca-Cola se instalava no Pará com recursos nacionais. Os incentivos foram desvirtuados, assim, de sua finalidade, levando a situações como a aplicação, na EMBRATUR, para turismo, de 2 milhões de cruzeiros pela Volkswagen, de 640 mil pela Shell, de 528 mil pela Mercedes Benz, de 503 mil pela Esso, dinheiro que tais empresas deviam ao Estado, em impostos cujo recolhimento foram dispensados.<sup>198</sup>

Aparecem, depois, *slogans* curiosos e característicos, como aquele que afirma: "Exportar é a solução". Tais *slogans* pretendem esconder a realidade: o estímulo à exportação de produtos fabricados no Brasil pelos monopólios estrangeiros. O imperialismo evoluiu da etapa inicial de exportar para os mercados subdesenvolvidos (quando o problema destes era o das tarifas alfandegárias, na luta entre protecionistas e livre-cambistas), para a etapa de instalar suas indústrias nos países subdesenvolvidos (prevalecendo da legislação que pretendia reservar à indústria nacional, isto é, estabelecida no país, o mercado interno), preparando-se para o terceiro lance, o de exportar, desde essas áreas produtoras subsidiárias, para outras, em que possa concorrer em boas condições, até mesmo (e aí o verbo concorrer perde o sentido originário) com as fábricas instaladas na área de origem. Esta última etapa vem funcionando, no Brasil, e com a associação do Estado às empresas multinacionais, já sem nenhum disfarce. Ao Estado caberia, no Brasil, segundo o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", apenas, e fundamentalmente, montar a infra-estrutura destinada a proporcionar às empresas multinacionais um funcionamento satisfatório. Essa infra-estrutura vai desde as condições políticas (um regime em que os salários permanecem estagnados e as greves são proibidas e os sindicatos de trabalhadores são mantidos sob vigilância e os partidos políticos são formados e as eleições a que concorrem são processadas sob estritas condições e limitações) até as con-

<sup>198</sup> "Incentivos: eles crescem, nós pagamos", in *Fato Novo*, São Paulo, nº 1, semana de 29 de abril a 5 de maio de 1970.